



EDUCAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES SOBRE O CORPO EM TERRITÓRIOS VIOLENTADOS

ELAINE DE OLIVEIRA FERREIRA¹

RESUMO:

O presente texto, discorre sobre questões acerca da subalternização e processos de resistência, considerando o corpo, em meio a territórios dominados por poderes paralelos e repensando o papel da pedagógica social em tais espaços. Igualmente, o trabalho reflete sobre interesses ideológicos, que vinculados ao Estado, acabam por contribuir com o acentuamento das desigualdades sociais e as mais diversas formas de violências nas favelas.

Palavras-chave: Corpo; violências; desigualdades sociais; favelas.

INTRODUÇÃO

Analisando os fatores que contribuem para o crescimento das vulnerabilidades e das desigualdades sociais, em especial em territórios conflagrados pela violência, como por exemplo, as favelas. Torna-se possível a reflexão da subalternização do corpo, considerando tanto as violências físicas quanto as simbólicas em que jovens, crianças, adolescentes e demais habitantes encontram-se expostos.

Nesse ponto, é preciso que haja um olhar aguçado sobre as manifestações das violências que essas categorias precisam resistir, embora isso não dependa apenas da condição social, econômica e cultural. Há que se considerar a necessidade da problematização de questões mais complexas entorno das violências, expandindo essas discussões por meio de ações.

Há também, a necessidade de se repensar o papel do Estado em uma análise da trajetória da sociedade brasileira frente às políticas que foram deixando para gerações futuras, o que lhes era de responsabilidade e que de certo modo, foram favorecendo o domínio do narcotráfico e das milícias. Tampouco podemos nos esquivar de analisar os outros tipos de violências existentes nestes contextos e territórios populares, ou seja,

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Projeto PIPAS- UFF.



também as violências em esferas familiar, pois tais violências também ferem, degradam e subalternam.

Em relação aos processos de resistências e aos diversos fatores que estes jovens precisam enfrentar, importa pensar que são aspectos que por muitas vezes, são evidenciados e sofridas no âmbito micro do interior familiar, como por exemplo, perdas, abandonos etc. Assim, suas angústias em meio às particularidades existenciais, precisam ser levadas em consideração.

Neste sentido, manifestações de resistência e resiliência vão sendo desenvolvidas em muitos dos jovens e pessoas que estão imersas nestes territórios. Contrapondo assim, o futuro no qual estão fadados, se refletirmos sobre o que lhes é praticamente imposto socialmente, como, por exemplo, o processo de preparação para o mercado do trabalho por meio da formação escolar.

Desse modo, é preciso que haja um olhar aguçado tanto de denúncias quanto de ações sociais em relação aos enfrentamentos destas categorias. Além disso, há a necessidade de iniciativas públicas que de fato possam contribuir para seus melhoramentos enquanto indivíduos e pessoas.

Sendo ponderados, analisados e tratados como seres humanos por parte do Estado e da sociedade de um modo geral, compreendendo que, nesse momento de suas vidas, necessitam de iniciativas que de fato possam contribuir para seus melhoramentos, tendo suas particularidades respeitadas. E assim, possam conviver em sociedade, como sujeitos de direitos que são, capazes de ocupar o lugar que quiserem na esfera social.

UMA PESQUISADORA EM CONSTRUÇÃO

Me considero uma pesquisadora em construção, minha história, fala muito de uma origem e contexto sociocultural que se aproxima com meu campo de pesquisa. Oriunda da área rural, trajetória que perpassa por toda minha família, resistência foi marca maior para conseguir estudar e trabalhar, como também demais enfrentamentos necessários para sobreviver em um país cujo a desigualdade social é uma realidade.

Diversas complexidades atravessam minhas experiências de formação, ser pesquisadora em territórios conflagrados pela violência, de um certo modo, inclui claramente o medo, a empatia, a frustração, as alegrias e, acima de tudo, a esperança em perceber o potencial da educação para a emancipação dos indivíduos. Tudo isso no



sentido de repensar a transformação social, e de alguma forma contribuir por meio da pesquisa, com o processo de ampliação das potencialidades existentes.

Quando criança, tive em meus avós meu porto seguro, que embora não tivessem muitos recursos financeiros, sempre fizeram o que puderam para que eu tivesse uma condição adequada de educação e sustentabilidade. Contudo, em minha trajetória enquanto pesquisadora e professora atuante na educação popular, pude perceber que muitos dos meus alunos e sujeitos de pesquisa, não podem contar com o mesmo apoio familiar, e necessitam contar com a própria sorte Araújo, (2015).

Nesse aspecto, ou seja, sem ter com “quem contar”, é que indago a função do Estado no que se refere ao respeito e garantia pelos direitos humanos. Apesar do Brasil ser um país democrático, amparado pela Constituição de 1988, tais garantias e estabelecimento de acesso, não se materializaram em seu trajeto enquanto país.

Políticas supressoras se reintegram até o momento atual, repercutindo diretamente no cotidiano da educação popular e dos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômico-social. É no sentido de romper com esse passado-presente de políticas de negligências, que caminha nossa pesquisa teórico-prática, corroborando para o crescimento dos aspectos intelectuais, culturais e humanos, ou seja, crescendo na perspectiva de seres humanos que compreendem sua própria história, resistem e lutam pela transformação social .

A CHEGADA, E AS PESQUISAS REALIZADAS COM GRUPO PIPAS-UFF

Meu movimento de docência ultrapassou as condições arriscadas de trabalho e já não se trata de imaginários ou mundos paralelos. Diz respeito à vontade de, ainda que muito pouco, diante de tantas complexidades, contribuir de algum modo para que submissões corporais, educacionais e sociais possam ser refletidas e transformadas.

Com um turbilhão de questionamentos e emoções interligadas a subalternização do corpo em territórios e ou favelas marcadas pelo alto índice de violência, chego ao grupo PIPAS em 2018. Minhas inquietações enquanto pesquisadora, e as orientações da Prof. Dr^a Margareth Martins de Araújo, muito contribuíram para que eu me tornasse mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense, articulando minhas angústias e estudos com a linha de pesquisa Estudos do Cotidiano da Educação Popular (ECEP), e com o Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social (PIPAS - UFF).



Minha busca de conhecimento como pesquisadora do PIPAS compreende as relações de poder envoltas em territórios ocupados por poderes paralelos, ou seja, dominados por facções criminosas, milícias envoltas com as articulações do Estado, atuando através das suas polícias. Estende-se também às relações de tais ocupações e domínios com os desafios educacionais.

Particularmente, questiono também, a educação oferecida nas periferias e favelas e questões político-educacionais que sujeitam as crianças e os adolescentes a um tipo de educação que não aquela prometida nos discursos oficiais. De acordo com Muller, (2018, p.12):

(...) Essa “governamentalização” muda a relação entre o poder e a sociedade porque, daí para a frente, o Estado passa a ter sua legitimidade reconhecida graças à sua capacidade de estabelecer a ordem servindo-se de conhecimentos (como a estatística, por exemplo) e de dispositivos eficazes (luta contra as epidemias, organização do comércio).

A partir de experiências vividas no Complexo da Maré como professora e pesquisadora, busco repensar o corpo e suas representações em contextos sócio-históricos e territoriais na educação popular. A proximidade com os sujeitos da pesquisa, vem sendo, de inúmeras maneiras, algo muito importante em meu processo de formação e que não se restringiu apenas a dissertação de mestrado, são aprendizados adquiridos para toda a vida.

Trata-se de estudos que podem apoiar outros trabalhos e pesquisadores futuros a partir das contribuições por meio das pesquisas já realizadas, como também, as que estão em desenvolvimento paralelamente ao trabalho do grupo de pesquisa em Pedagogia Social para o Século XXI, no PIPAS.

Neste aspecto, questiono a lógica de controle dos indivíduos através das sujeições do corpo, por vezes instituídas pelo Estado, como também das outras forças paralelas, como o narcotráfico e as milícias. Para Foucault (2010, p.153), “A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos”.

É nessa fundamentação que o processo de “disciplinarização do corpo”, de modo passivo interligado às ideologias sociais, por muitas vezes, alimentadas pelo próprio Estado, necessitam de questionamentos, uma vez que os corpos estão sendo “militarizados”, a serviço dos poderes paralelos nas favelas e periferias do Rio de Janeiro. Sobre as submissões do corpo Foucault, (2009b, p. 288), Aponta:



Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do ‘assistente-social’ –juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos.

Desse modo, urge a necessidade de pesquisas que considerem o âmbito educacional nestes territórios, de modo que possam contribuir para a identificação de elementos que envolvem questões que vão além dos conteúdos nas escolas, refere-se integridade física e emocional dos habitantes, dos docentes e dos estudantes. Visto que a proteção ou exposição do corpo nesses territórios, envolve a manutenção da vida ou sua fragilidade.

Assim, cotidianamente tais questionamentos tornam-se preocupações centrais tanto das famílias dos estudantes, como de centenas de profissionais da educação. Refletir sobre as dimensões corporais envolvidas nestes territórios, significa repensar os corpos em suas totalidades e expressividades.

Em muitos casos, as escolas localizadas nesses espaços, ou seja, em regiões dominadas pelo narcotráfico e pela milícia, estão na “linha de fogo” dos conflitos armados entre os poderes dominantes e com militares, se tornando por inúmeras vezes, inadequadas para a realização de atividades. Sobre o sentido político Muller, (2018, p. 24) afirma:

Uma política pública não é um dado, mas uma construção de pesquisa. O sentido de uma política pública, assim, nem sempre é aquele fixado pelo seu decisor, podendo certas políticas ter um propósito explícito (por exemplo, melhorias de habitação) e um sentido latente (por exemplo, modificação da composição social de um bairro). Uma política pode, igualmente, assumir a forma de uma “não decisão”: não apoiar o valor de uma moeda ou não aplicar uma diretriz européia.

A partir desse contexto, as problemáticas apresentadas são diversas, como por exemplo, a falta de amparo familiar, a invisibilidade social, e manifestações de preconceitos, inclusive por representantes do Estado. Com isso, processos como conformismo social e falta de perspectiva de vida por parte dos envolvidos, podem ser evidenciados, além de demonstrações de disciplinarizações e subalternizações corporais ao tentarem enfrentar todo esse sistema.

Ao que parece é que, muitos dos que convivem com tamanha violência social, vão aos poucos sofrendo um processo de desumanização. Isso fica inteligível, principalmente nas expressões corporais e faciais percebidas nas suas narrativas e perspectivas sociais.



Além de diversas outras observações de desumanização que parecem possíveis, por meio de uma análise mais intensa, estão as formas que os moradores e jovens são tratados durante as abordagens do Estado na figura da Polícia Militar. Muitos são os relatos de degradação de patrimônio, “xingamentos”, e demais violências verbais e simbólicas.

A partir desta reflexão, cabe ressaltar que no que diz respeito às diversas possibilidades das vulnerabilidades apresentadas, é necessário que tais aspectos, sejam tratados através de devidas contextualizações econômicas, estéticas, éticas e linguísticas. Importa a compreensão social e histórica que estão introjetadas nas manifestações agressivas, violentas, antissociais de todas as partes. Segundo Birmam, Leite, Machado e Carneiro (2015, p, 16):

[...] Temos, pois, de um lado, a face violenta e largamente disseminada dessa globalização em suas cores locais e, de outro lado, as **formas de resistência** e os muitos agenciamentos, jogos de poder e interações que constituem a trama complexa da vida social. (**grifo nosso**).

É preciso também, compreender os fatores que contribuem para o crescimento das vulnerabilidades e das desigualdades sociais, além das possíveis manifestações de resistência e resiliência que vão sendo desenvolvidas em muitos dos jovens que estão imersos nesse contexto. Contrapondo assim, o futuro no qual estão fadados, se refletirmos sobre o que lhes é praticamente imposto socialmente.

Em relação aos diversos fatores que estes jovens precisam resistir em seus cotidianos, importa pensar que são resistências não apenas sociais, mas também individuais, físicas e emocionais. Assim, suas angústias em meio às particularidades vividas, também precisam ser levadas em consideração.

É preciso que haja um olhar aguçado sobre as formas de violência que os jovens e adolescentes em estado de vulnerabilidade precisam resistir. Embora isso não dependa apenas da condição social, econômica e cultural. Não se trata de fechar a discussão de problemas tão complexos, mas expandir essas discussões por meio de ações. Tampouco podemos nos esquivar de tal análise, ou seja, também das violências em esferas familiar, pois tais violências também ferem, degradam e subalternam. De acordo com Freire, (2011, p. 8):

É o saber da nossa inconclusão assumida. Sei que sou inacabado, porém consciente disto, sei que posso ir mais além, através da tensão entre o que herdo



geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente. Lutando deixode ser apenas objeto, para ser também sujeito da História.

Dessa forma, diálogos, leitura e conscientização de mundo, podem contribuir de algum modo, para reconstrução de valores, a partir dos processos de vulnerabilidade experimentados por si, na esfera familiar e no entorno. Arrisco dizer que em alguns casos, muitas das violências no âmbito familiar são até mais devastadoras que as violências sociais, comprometendo não apenas a integridade emocional dos indivíduos, mas também acarretando comprometimento nas relações e desenvolvimento social.

A partir dessa lógica, existe a necessidade de discussões sobre a banalização das violências em meio a aspectos de deterioração das convivências, buscando aproximações e conexões através de ações efetivas e emancipadoras. Para que assim, as consequências das relações de subalternização experimentadas possam ser minimizadas, resistidas e com possibilidades de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relações de poder impostas tanto socialmente, quanto territorialmente, abordam questões de subalternização presentes a partir das diversas práticas autoritárias embutidas nas formas de controle territorial e social. Assim, é necessário repensar o papel do Estado e suas relações com as classes populares, considerando os contextos políticos e de comando que por muitas vezes, tal categoria é acometida.

Infelizmente, nem todas as pessoas que sofrem com os processos de desigualdades sociais, conseguem desenvolver aspectos de resiliência e resistência para lidar com as adversidades que lhes são impostas. A partir disso, há que se considerar que, muitos são os casos também de degradação humana, após experimentar e vivenciar facetas do flagelo social, podendo desencadear processos ainda mais profundos de fragilidade e vulnerabilidade emocional e social.

Em meio a questões de destrutividade humana, a pedagogia social luta pela transformação, se trata de esperar no sentido de reivindicar, e acreditar em possibilidades de transformação em meio ao caos social, degradação territorial, e humana. São pontos que se referem à sentimentos de confiança por meio de ações teórico-práticas e que corroborem para emancipação humana e social.



Dessa forma, controle institucional da violência ilegal, ou seja, praticada pelas autoridades podem contribuir com atos ainda mais violentos. São muitas as subjetividades, e o ato em si, diz aborda outros tipos de violências introjetadas socialmente.

Compreendemos também, que ainda há muito que se desenvolver a nível de políticas públicas para que se possa de fato trabalhar no que se refere ao desenvolvimento das potencialidades necessários às crianças, adolescentes e habitantes de regiões violentadas territorialmente. De modo que possam ter seus contextos sócio-histórico-culturais abordados, considerando suas referências emocionais.

Portanto, partir do desenvolvimento de trabalhos teórico-práticos como sugere a Pedagogia Social, comprometidos com o humanismo do ser, é possível o estreitamento das relações, apontando novos caminhos aos que são considerados excluídos socialmente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M. M.; ARAUJO, F. M. B. **Pedagogia Social e resiliência: diálogos possíveis.** Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives, v. 21, p. 16, 2015.

_____. ARAUJO, F. M. B. **Desigualdade, políticas includentes e educação: face e contraface.** Aleph (UFF. Online), v. 18, p. 9-25, 2012.

_____. **Crianças trabalhadoras, crianças resilientes.** Conversas sobre o lugar da escola, v. 1, p. 88, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BIRMAM, Patricia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá. **Dispositivos Urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências.** Rio de Janeiro, 2015. Editora FGV.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009b.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução. Edição em português da Editorial Avante, 1977, t2, pp 219-305. Traduzido das O. Completas de V.I.Lénine 5a Ed. russo t.33 pp 1-120.

MULLER PIERRE. **As políticas públicas.** 2018. Eduff- Editora da Universidade Federal Fluminense.

MELILLO, Aldo Elbio, OJEDA, Néstor Suárez e colaboradores. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas.** Porto alegre: Armed, 2005.